

## Climate Trade Nexus (CTN) Assessment Brazil Workshop

### Notas sobre os debates entre as relações de medidas de carbono, políticas climáticas e comércio internacional

#### Introdução

A interseção entre comércio e meio ambiente tornou-se um tema crucial no multilateralismo. Medidas que visam atingir objetivos ambientais ganham cada vez mais espaço, como mostra a *Environmental Database* da Organização Mundial do Comércio (OMC), que reúne 18.197 medidas de caráter ambiental e 8.661 notificações feitas pelos Membros sobre essas medidas, que podem gerar restrições ao comércio.

O *Carbon Border Adjustment Mechanism* (CBAM) em vigor desde o fim de 2023, a Diretiva de *Due Diligence* que cria obrigações voltadas para afastar o risco de que os produtos sejam associados a desmatamento são exemplos de medidas climáticas que podem afetar o comércio internacional.

Como destacado no *World Trade Report* de 2022, o comércio internacional pode contribuir enormemente para objetivos ambientais, especialmente quando se pretende fomentar a transição energética e a produção sustentável em todos os setores da economia.

As relações entre comércio internacional e meio ambiente compõem o portfolio de atuação da Agroicone, que acompanha negociações internacionais da OMC, de mudanças do clima e biodiversidade.

Neste cenário, o evento *Climate-Trade Nexus Assessment Brazil Workshop*, realizado na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) no dia 18 de março de 2024, em parceria com a Agroicone e a *European Roundtable on Climate Change and Sustainable Transition* (ERCST), surge como um espaço de debate para discutir as questões que envolvem mudanças climáticas e comércio.

O evento faz parte do projeto *The Climate and Trade Nexus Assessment*, implementado pelo ERCST, que avalia como as medidas climáticas e o comércio podem ser projetos para levar em conta as diferentes políticas climáticas entre os diversos parceiros comerciais. O projeto comparou como Brasil, África do Sul, Turquia, México e Índia definem políticas climáticas e ações que permitam gerar redução de emissões em setores chave, e como isso poderia posicionar esses setores diante de medidas de carbono no comércio internacional.

O resumo a seguir, visa destacar os debates e principais conclusões do evento na visão da Agroicone. Nenhuma conclusão ou expressão é vinculada aos participantes do evento.

## Abertura

O evento foi aberto por Mario Hirose, Diretor Titular Adjunto do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da FIESP, que apresentou o escopo do projeto e a atuação do ERCST nesta agenda. A importância de fomentar um debate de alto nível quanto à relação entre medidas de carbono e comércio é premente, especialmente diante da discussão global sobre a interface entre clima e comércio.

Em seguida, foi apresentado um pronunciamento do Embaixador André Aranha Corrêa do Lago, Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, que destacou a necessidade de ações climáticas mais ambiciosas alinhadas ao propósito de limitar o aumento de temperatura em no máximo 1.5°C, meta central do Acordo de Paris, bem como enfatizou a complexidade das medidas de carbono no comércio, observando que, dependendo de como sejam implementadas, podem resultar em medidas unilaterais que prejudicam a implementação do Acordo de Paris.

### Painel 1:

O primeiro painel abordou a interligação entre clima e comércio e contou com a moderação de Rodrigo Lima, da Agroicone, e com a participação de Andrei Marcu e Aaron Cosby, do ERCST, e Michael Mehling, do MIT.

A crescente adoção de medidas que impactam o comércio em busca de metas climáticas, especialmente a redução de emissões de GEE, é evidente. A entrada em vigor do Regulamento 2013/1115 da União Europeia, mais conhecido como *EU Deforestation-Free Regulation* (EUDR), a implementação do *Carbon Border Adjustment Mechanism* (CBAM) nas importações europeias, e as discussões em países como Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e Canadá sobre medidas de carbono na fronteira refletem o cenário atual. Isso sugere que outros países com ambição climática podem seguir o mesmo caminho para manter suas indústrias competitivas.

Nesse contexto, a precificação de carbono pode ser um instrumento que apoie os setores produtivos diante das diversas medidas de carbono no comércio internacional. O Banco Mundial aponta que, até o momento, existem 36 sistemas de comércio de emissões (regionais, nacionais e subnacionais) e 37 taxas de carbono.

No painel, também foram apresentados os seguintes métodos propostos pelo ERCST para considerar a ambição climática de outros países no âmbito de medidas de carbono:

- *Método 1 – Preço explícito de carbono:* quando forem cobrados dos bem estrangeiro quaisquer preços domésticos de carbono que já tenham sido pagos, esse valor será subtraído do valor que ele tem a pagar (e.g., taxas de carbono, sistemas de comércio de emissões, offsets).
- *Método 2 – Preço implícito de carbono:* referem-se aos preços ou custos suportados pelos bens com base nas obrigações de conformidade enfrentadas pelos produtores sob vários tipos de políticas (como impostos sobre combustíveis, padrões de intensidade energética e padrões de desempenho de CO<sub>2</sub>). Qualquer preço implícito de carbono suportado pelo produtor poderia ser subtraído do valor a ser pago.
- *Método 3 – Intensidade de carbono:* contabiliza a diferença na intensidade de carbono entre a produção estrangeira e a nacional. Também pode se dar através de um padrão de performance que proíba a venda de produtos que excedam uma determinada intensidade de CO<sub>2</sub>.

- *Método 4 – Ambição climática*: poderia isentar determinados países parceiros comerciais se estes forem considerados ter uma ambição suficiente em termos de políticas climáticas (e.g., NDCs e metas setoriais de redução de emissões).

No entanto, é importante destacar as incertezas quanto a aplicabilidade de cada abordagem, especialmente em função da falta de consenso entre os países sobre como fazê-lo e à ausência de metodologias reconhecidas a nível internacional para mensurar o que significa ambição climática nas medidas, ações e políticas adotadas pelos países e setores produtivos.

## **Painel 2**

O segundo painel discutiu as políticas climáticas brasileiras em direção à neutralidade de emissões, contando com a moderação de Joaquim Levy, Vice Presidente do Conselho Superior de Desenvolvimento Sustentável da FIESP e a participação de Aloisio Lopes, Diretor de Política Climática do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e de Natália Renteria, da Biomás.

A governança climática que embasa a participação do Brasil no Acordo de Paris mira a neutralidade de emissões até 2050. Nesse sentido, a atualização da NDC com foco em 2035 e a realização da COP30, em Belém, posicionam o Brasil como ator central para fortalecer a agenda de ações climáticas que permitam alcançar a meta de 1.5°C.

Tendo em vista a decisão do *Global Stocktake* (GST) adotada na COP28 é crucial que os países aumentem a ambição climática a fim de limitar o aumento máximo da temperatura global em 1.5°C, adotando NDCs mais objetivas e que alcancem toda a economia. O Brasil está preparando a revisão da sua NDC, alinhado com esse objetivo, e deverá apresentá-la em 2024.

No que se refere ao futuro mercado de carbono regulado brasileiro, foi apresentada a proposta do PL nº 182/2024, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), estruturado em um modelo *cap-and-trade*. Vale salientar que a despeito da produção primária agropecuária estar fora do mercado, a agroindústria e os insumos e matérias-primas agropecuárias serão reguladas e poderão ter metas compulsórias de redução de emissões.

Conforme destacado no evento, o Brasil vive um momento regulatório importante e o futuro mercado de carbono nacional poderá se tornar um instrumento importante para fortalecer as cadeias produtivas e, concomitantemente, proteger determinados setores da aplicação de eventuais medidas de carbono na fronteira.

## **Painel 3**

O terceiro e último painel abordou as políticas climáticas e as medidas de comércio internacional, com a moderação da Professora Vera Thorstensen, da FGV, e a participação de Tatiana Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Jefferson de Paula, do Instituto Aço Brasil; Sheila Guebara, da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC); e José Carlos Fonseca Júnior, da Indústria Brasileira de Árvores (IBA) e da Associação Brasileira das Embalagens de Papel (Empapel).

Durante o painel, foi ressaltada a necessidade de considerar como o comércio e o desenvolvimento sustentável podem contribuir mutuamente para ambas as agendas. A

fragmentação entre diferentes medidas de carbono e a proliferação de padrões distintos tendem a criar restrições ao comércio e não necessariamente atingir os objetivos climáticos almejados.

A falta de uma regulamentação comum que norteie a criação das medidas de carbono que afetam o comércio dificulta a busca por consenso sobre como lidar com o assunto. A crise do multilateralismo e um certo isolacionismo da OMC e da UNFCCC acabam fomentando medidas unilaterais que podem criar restrições ao comércio. Neste sentido, o Brasil está usando a plataforma do G20 para tratar da questão de comércio e desenvolvimento sustentável, com o objetivo de adotar princípios e parâmetros mínimos voltados para impulsionar o comércio com objetivos climáticos.

No painel, também foi apresentada a perspectiva do setor privado diante das implicações das medidas de contenção de emissões de carbono e seus efeitos sobre o comércio internacional.

O setor de aço brasileiro, por exemplo, busca reduzir suas emissões em 20% a 25% até 2030 e alcançar a neutralidade climática até 2050. Para isso, deverão ser adotadas diversas estratégias, como a utilização de gás natural nos fornos; a maximização do uso de sucata e de carvão vegetal; a melhoria da eficiência energética; a implementação de tecnologias de captura de carbono, armazenamento e uso (CCUS); além do uso de hidrogênio verde. No entanto, a descarbonização da siderurgia requer investimentos significativos e enfrenta desafios consideráveis.

A pecuária brasileira desempenha um papel central nas ações de mitigação e adaptação. Para realizar uma transição eficaz, é necessário aumentar a produtividade, reduzir o tempo de abate dos animais, restaurar pastagens degradadas, reduzir as emissões e permitir a adaptação. Quanto às medidas e padrões privados aplicáveis ao setor, é fundamental discutir a equivalência, considerando as particularidades de cada sistema produtivo e região.

Por fim, o setor de árvores plantadas destacou seu papel na descarbonização da economia e pontuou seus esforços na implementação do EUDR, previsto para entrar em vigor em janeiro de 2025. Há um engajamento do setor em discutir aspectos operacionais problemáticos da regulamentação com autoridades regulatórias e lideranças parlamentares europeias. Conforme demonstrado, a lei só alcançará seus objetivos de combate ao desmatamento se compreender o modelo de negócio do setor, caso contrário poderá causar prejuízos tanto para o consumidor europeu quanto para o exportador brasileiro.

## **Conclusões finais**

As interações entre clima e comércio se tornam cada vez mais evidentes em meio à crise do multilateralismo. A fragmentação de medidas que estabelecem padrões para emissões de GEEs ou exigem a precificação de carbono para setores produtivos pode levar à proliferação de medidas unilaterais.

A implementação do CBAM e outras medidas de carbono na fronteira podem resultar em uma matriz de medidas baseadas em diferentes critérios e metodologias que gerarão obrigações distintas para os operadores do comércio internacional. Até que ponto essas medidas fomentarão ações de mitigação e como as autoridades dos países aceitarão dados e informações sobre os setores é uma incógnita.

É essencial debater se, e até que ponto, as ações climáticas dos países se equivalem e permitem alcançar objetivos climáticos. A equivalência entre medidas que permitam atingir objetivos climáticos pode ser uma forma de evitar restrições ao comércio e incentivar resultados ganha-ganha.

Por fim, é crucial fortalecer a interação entre as agendas de comércio internacional e mudanças climáticas, promovendo um maior diálogo entre os atores e maior interação entre as agendas, bem como ampliar a cooperação entre a UNFCCC e a OMC.